GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

cinemateca portuguesa

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA, I.P.

cinemateca portuguesa
MUSEU DO CINEMA

Relatório de Atividades e Contas

2013

Índice

I. Nota Introdutória 5

I.1. Caracterização 5

I.1.1. Missão e Atribuições 7

I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional 8

II. Atividades Desenvolvidas 8

II.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento 8

II.1.1. Aquisições 8

Coleção Fílmica 8

Coleção Vídeo 10

II.1.2. Preservação/Restauro 10

II.1.3. Catalogação 11

II.1.4. Acesso 11

II.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente 12

II.2.1. Exibições 12

II.2.2. Exposições de Pré-cinema – Cinemateca Júnior 13

II.2.3. Exposições 13

II.2.4. Centro de Documentação e Informação 13

II.2.5. Publicações 14

II.2.6. Visitantes 14

II.2.7. Relações Internacionais 15

II.3. Divisão de Gestão 16

II.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa 16

II.3.2. Aprovisionamento e Património 16

II.3.3. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria 16

III. Quadro de Avaliação e Responsabilização 17

IV. Recursos utilizados 17

IV.1. Recursos Humanos 17

IV.2. Recursos Financeiros 18

V. Demonstrações Financeiras 22

VI. Balanço Social 2013 46

Lista de Quadros

Quadro 1. Orçamento da receita 2013 18

Quadro 2. Orçamento da despesa 2013 19

Quadro 3. Saldos Orçamentais 2013 19

Lista de Figuras

Figura 1. Organograma da CP-MC 8

Figura 2. Comparação de títulos em formato de película 9

Figura 3. Comparação do n.º de sessões 12

Figura 4. Distribuição das sessões entre longas e curtas metragens 12

Figura 5. Colaboradores da CP-MC em 2013 17

Figura 6. Origem da receita em 2013 20

Figura 7. Despesa por agrupamento em 2013 20

Lista de Siglas e Acrónimos

AB	Ativo Bruto
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
ACE	Associação das Cinematecas Europeias
AL	Ativo Líquido
ANIM	Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
AP	Amortizações e Provisões Acumuladas
CCP	Casa do Cinema do Porto
CDI	Centro de Documentação e Informação
CIP	Programa Quadro para a Competitividade e Inovação
CP-MC	Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P.
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
EPE	Entidade Pública Empresarial
FEADER	Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIAF	Federação Internacional dos Arquivos Fílmicos
IBC	Feira de Tecnologia e Vídeo
ICA	Instituto do Cinema e Audiovisual
IP	Instituto Público
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
N.º	Número
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PGPIE	Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RA	Relatório de Atividades
RH	Recursos Humanos
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SIOE	Sistema de Informação de Organização do Estado
UO	Unidade Orgânica

I. Nota Introdutória

Durante o ano de 2013 a nossa atividade corrente foi novamente afetada pelo processo de alteração de estatutos (promulgados mas finalmente não aplicados) e da constante diminuição da receita proveniente da taxa. Em março, foi suspenso o diploma legal publicado em 2012, que transformou a CP-MC, I.P. em CP-MC E.P.E.. Resultante desta suspensão, os primeiros três meses do ano de 2013 foram administrativamente e financeiramente conturbados, afetando todas as atividades desenvolvidas.

A esta alteração somou-se a quebra, em quase 14%, da receita da taxa de publicidade culminando a meio do ano na mais complexa e difícil situação vivida pela CP-MC em toda a sua existência. Em julho fomos forçados a reduzir quantitativamente ao mínimo possível a atividade de conservação e qualitativamente a atividade de programação, tentando manter a qualidade elementar. A atividade para o resto do ano ficou seriamente ameaçada.

A CP-MC foi alvo de reações públicas de apreço e suporte, quer a nível nacional quer a nível internacional. O enorme esforço realizado pelo Senhor Secretário de Estado concedendo à CP-MC até ao final do ano, uma dotação extraordinária do Fundo de Fomento Cultural, dotação que acabou por ser também anunciada para o ano de 2014 evitou as piores consequências.

Graças a esse reforço orçamental conseguimos reanimar parcialmente a programação regular até dezembro e modernizar a Sala Dr. Félix Ribeiro dotando-a com um projector DCP.

Uma das ações a que foi dada atenção especial foi a que envolveu o testamento do legado do realizador Paulo Rocha (1935-2012), falecido no ano anterior, e que, por testamento, num gesto único, constituiu a CP-MC herdeira universal de todos os seus bens cinematográficos, dando origem a um processo de integração de legado cuja tramitação e proposta final está ainda em curso . Em agosto, (em colaboração com o ICA), inscreveu-se a última e póstuma obra do realizador **Se Eu Fosse Ladrão Roubava...** no Festival de Cinema de Locarno que a ante estreou (cfr . *II.2.7. Relações Internacionais*). Pretende a CP-MC, num futuro próximo (conjuntamente com as obras já restauradas pertencentes ao mesmo realizador) realizar vasta circulação.

Mesmo que as dificuldades acima descritas tenham tido consequências na nossa atividade, considerando as limitações e a indefinição administrativa também durante grande parte de 2013, o aspeto positivo a realçar é o da preservação da identidade da CP-MC enquanto museu e arquivo nacional das imagens em movimento.

Por fim devemos sublinhar a colaboração que nos foi prestada por todos os Colegas da FIAF, que nos ajudaram uma vez mais a atingir os nossos objetivos, nomeadamente na realização dos dois Ciclos de Homenagem às Cinematecas de Bolonha e Bélgica (cfr . *II.2.1. Exibições*), bem como nas palavras de apoio e conforto enviadas pelo Presidente desta Federação.

I.1. Caracterização

Em 2007 a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, IP, adiante CP-MC, foi integrada no subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, sendo atualmente tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC). A sua atividade passou a ser regulamentada pelos Estatutos da Cinemateca,

aprovados pela Portaria n.º 374/2007, de 30 de março e, nos termos definidos na sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, em que são órgãos da CP-MC o Diretor, coadjuvado por dois Subdiretores, e o Fiscal Único. Na prática, a alteração preconizada pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho, que criava a Casa do Cinema do Porto (CCP), apesar de não ter sido revogada, foi-o tacitamente ao ter sido afeto à Direção Regional de Cultura do Norte o local designado para a instalação da CCP (Palacete Vilar d'Allen), reflectindo-se a vacatura de um cargo de Subdiretor, criado para a então CCP. Assim, são atualmente orgãos efetivos o Diretor, um Subdiretor e o Fiscal Único.

O ano de 2012, contudo, caracterizou-se por ser um ano de grande instabilidade orgânica para a CP-MC: esta entidade foi selecionada, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), como um dos organismos a extinguir/fundir. O Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), concretizou a intenção de reestruturação, preconizando a transição do enquadramento estatutário da Cinemateca para Entidade Pública Empresarial (EPE). Este diploma veio iniciar a racionalização das estruturas da PCM e definiu, no seu artigo 44.º, a externalização do setor empresarial do Estado na área da cultura, nomeadamente através da aprovação de uma nova natureza jurídica para a Cinemateca como EPE. Atendendo ao exposto no artigo 48.º do referido diploma, previu-se a aprovação da Lei Orgânica da Cinemateca como EPE em 60 dias – passando a referida EPE a integrar um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) que incluiria no seu objeto a prestação de serviços partilhados no domínio da contratação de bens e serviços.

Porém, só a 7 de setembro, com a publicação do Decreto-Lei n.º 208/2012, a CP-MC, IP foi transformada em EPE – disposição com efeitos a partir de 1 de outubro de 2012.

Perante todas as indefinições que envolveram a reestruturação referida, a CP-MC não transitou de facto para EPE até ao final do ano de 2012: não se registou como EPE, não inscreveu o capital estatutário devido, não viu nomeado o seu Administrador Único, não materializou a opção dos trabalhadores pelo Contrato Individual de Trabalho, nem viu aprovado o contrato constitutivo do ACE – entretanto denominado Gescult — Serviços Partilhados da Cultura, ACE.

Assim foi decorrendo todo o ano de 2012, esperando-se, em cada mês, uma transição que acabou por se lograr. Em consequência, a CP-MC evitou, por um lado, tomar decisões gestionárias em que fossem assumidos encargos eventualmente redundantes ou mesmo inexequíveis no âmbito do novo diploma orgânico a ser publicado mas, por outro lado, foi obrigada a fazer escolhas inadiáveis, tendo-o feito no pressuposto da alteração estatutária do organismo e da sua integração no Gescult, o qual incluiria no seu objeto a prestação de serviços partilhados no domínio da contratação de bens e serviços.

A instabilidade orgânica criada na sequência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) perdurou em 2013: nos termos do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema devia ter integrado, em 2013, o Setor Empresarial do Estado. No entanto, o artigo 78.º do Decreto de Execução Orçamental, aprovado através do DL 36/2013, de 11 de março, suspendeu a vigência do DL 208/2012, pelo que no 2.º trimestre a Cinemateca inscreveu o seu orçamento na orgânica que de facto lhe estava destinada neste ano económico.

I.1.1. Missão e Atribuições

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, bem como nos termos do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 208/2012, que aprovaram a regulamentação orgânica e funcional da CP-MC, esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

São atribuições da CP-MC:

a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;

b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;

c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;

d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;

e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio e contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;

f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;

g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;

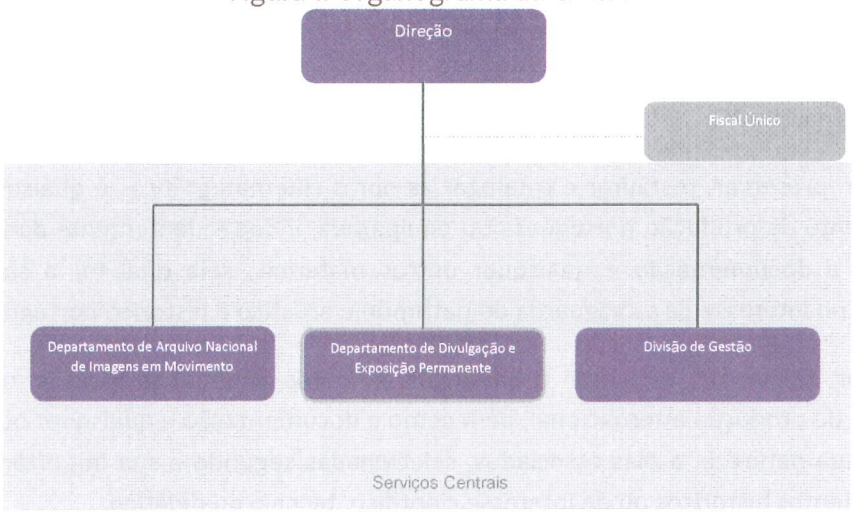
h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;

i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de março (Estatutos), a estrutura orgânica da CP-MC é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da CP-MC



II. Atividades Desenvolvidas

Apresentam-se em seguida as atividades desenvolvidas pelas 3 unidades orgânicas da CP-MC: Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP) e Divisão de Gestão (DG).

II.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

Destacam-se como atividades do ANIM em 2013 as seguintes:

II.1.1. Aquisições

Coleção Fílmica

Em 2013 foram acrescentados à nossa colecção **1.029** novos títulos e um total de **7.322** bobines de novos materiais fílmicos.

Ambos estes números provêm parcialmente de entradas na colecção de processos de aquisição entrados no ANIM em anos anteriores e ainda não tratados até 2013, sendo que a restante parte diz respeito a títulos provenientes de processos de aquisição entrados e tratados durante este ano. Também alguns destes processos ainda não foram identificados na sua totalidade, pelo que a contagem de títulos remanescentes ainda não identificados/catalogados só entrará em anos futuros. Relativamente ao número de bobines entradas na colecção em 2013, esta quantidade diz respeito às bobines de materiais fílmicos identificadas e catalogadas durante este ano, quer sejam referentes a novos títulos, como de

novos materiais de títulos já entrados antes de 2013, e respeitantes a processos de aquisição deste ano ou de anos anteriores, cujas identificação e catalogação foram executadas durante este ano.

Em 2013 foram abertos **89** processos relativos a aquisições, sobretudo depósitos e doações/ofertas, e uma única aquisição de 3 curtas-metragens de Roman Polanski, do seu período polaco, com o apoio de um mecenas. Foram registados 57 actos de entrada de materiais. Foi também o ano em que foram conhecidas as disposições testamentárias do realizador Paulo Rocha (1935-2012), determinando o legado à Cinemateca dos direitos sobre a sua obra cinematográfica, da documentação e dos, equipamentos e suportes dos seus filmes, num processo cuja finalização está ainda pendente

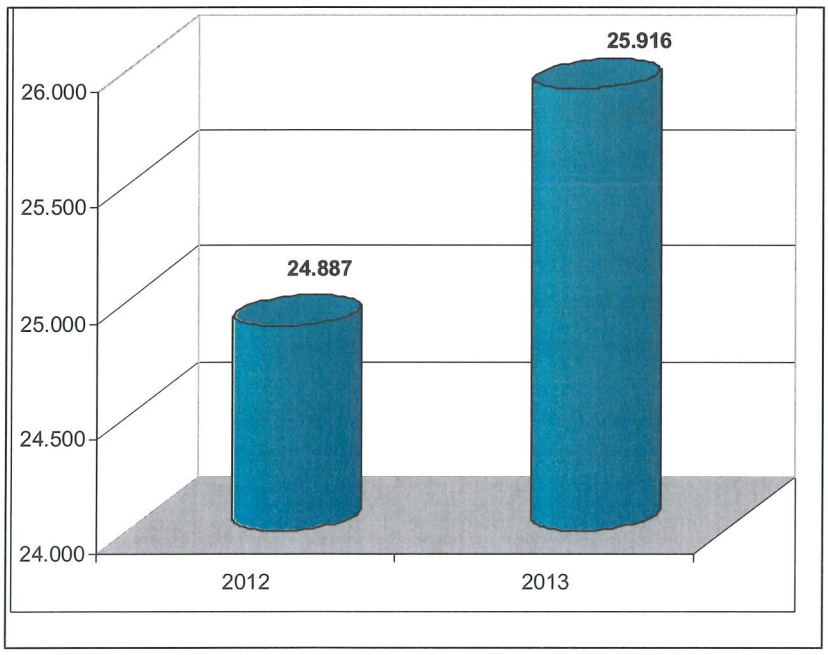
Foram recebidas significativas colecções em suporte analógico, oriundas da distribuição comercial, designadamente as colecções ZON Optimus, Leopardo Filmes, Midas Filmes e Alambique, Ltda num total que pensamos ultrapassar as duas mil longas-metragens e que se encontram presentemente em trabalho de identificação/catalogação.

Deve ser realçado o significativo depósito na Cinemateca de uma colecção de cinema alemão proveniente do Goethe Institut de Lisboa, 142 longas-metragens em 16mm. Instituições como o Ar.Co – Centro de Arte & Comunicação Popular e a Fundação José Saramago, mas de novo o Centro de Audiovisuais do Exército, o Instituto de Cinema e do Audiovisual, e a RTP – Rádio e Televisão de Portugal depositaram parte das suas colecções fílmicas.

Tem igualmente sido crescente o depósito voluntário pelos seus realizadores de novas produções cinematográficas em suporte digital.

A Cinemateca Portuguesa tinha no final de 2013, na sua Base de Dados, **25.916** títulos diferentes com suportes originais em película.

Figura 2. Comparação de títulos em formato de película



Fonte: ANIM

Coleção Vídeo

Em 2013 entraram **605** novos títulos, sendo que no final do dia 31 de Dezembro, o total de títulos em formato original vídeo era de **5.265** títulos.

Os restantes materiais entrados este ano pertencem a títulos já existentes na colecção antes de 2013.

Em 2013 entraram **1.894** masters e elementos de tiragem, correspondentes a originais vídeo entretanto depositados e trabalhados na Base de dados, bem como de suportes vídeo provenientes de filmes que foram telecinados no ANIM, crescendo a nossa colecção nestas categorias para um total de **27.248** materiais.

Relativamente aos elementos de visionamento em suporte vídeo, registou-se a entrada de apenas **38** novos elementos de visionamento, existindo no final de 2013 um total de **3.730**.

Em 2013 continuou-se com a política de digitalização em ficheiro da nossa colecção de matrizes em suporte de vídeo. Durante este ano foram criados **586** ficheiros matrizes no formato AVI, com respectivo ficheiro derivado, havendo no final de 2013 um total de **893** ficheiros. Este crescimento explica o abrandamento da entrada de elementos de visionamento em suporte de vídeo, uma vez que parte do acesso é já feito através de visionamento em ficheiro.

II.1.2. Preservação/Restauro

Tal como se verificou em anos anteriores, 2013 foi um ano em que não foram disponibilizadas pelo estado português verbas dos Programas destinados aos diversos universos de preservação que temos trabalhado no passado. Por isso, e através dos trabalhos de preservação e restauro que foram produzidos no nosso laboratório, foram preservados/restaurados apenas **6** títulos. Destes destacam-se a preservação das longas-metragens produzidas na década de 40, e com matrizes em suporte de nitrato de celulose, O PÁTIO DAS CANTIGAS e SERRA BRAVA e cujas cópias finais serão produzidas ainda durante o primeiro trimestre de 2014. Mas de qualquer forma, trata-se do ano mais pobre no que diz respeito à actividade de preservação fílmica produzida no ANIM e que se segue a um ano com números muito fracos.

Ainda assim, e na senda do que se verificou em anos anteriores, continuou-se a apostar nas parcerias com instituições externas para este trabalho de preservação, destacando-se o protocolo com uma empresa da Madeira para a preservação do filme A CALÚNIA.

Por fim, há assinalar um conjunto de tiragem de novas cópias de diversos filmes para serem exibidas em alguns eventos da programação da Cinemateca (CATEMBE, MUDAR DE VIDA, UMA ABELHA NA CHUVA, entre outras).

II.1.3. Catalogação

Um total de **1.634** entradas foi acrescentado à nossa Base de dados durante 2013. Existindo no final do ano um total de **31.766** títulos, filme e vídeo, em todos os formatos, com a descrição técnica dos materiais respectivos, registo do seu uso e a sua condição física, assim como a informação dos detentores de direitos conhecidos.

II.1.4. Acesso

Em 2013, foram disponibilizadas um total de **1.509** cópias pelo departamento ANIM para fins de acesso, tanto por pesquisadores individuais nas nossas instalações, como para fins culturais, fora da nossa própria actividade de programação. Em película foram acedidas **363** cópias e em vídeo **1.146**. Este aumento do peso da utilização dos materiais vídeo segue uma tendência do que vem acontecendo nos anos anteriores e pode-se explicar pelo aumento matrizes vídeo de obras com originais em filme. No entanto, para os investigadores e estudantes da área de cinema continuamos com a política de aceder, apenas e só, cópias em suporte película.

A cooperação externa desenvolveu-se ao longo do ano com **46** empréstimos de cópias correspondendo esse número a **136** cópias emprestadas. Ambos os números são menores do que os do ano anterior.

No seguimento do que vem acontecendo em anos anteriores, os nossos parceiros da FIAF encontram-se ainda em minoria, comparando com o número de empréstimos a outras entidades (festivais de cinema, centros culturais nacionais e estrangeiros, e/ou fundações e cineclubes).

Efectuaram-se **11** cedências aos nossos colegas da FIAF (a alguns deles mais do que uma cedência ao longo do ano): Cinémathèque Suisse; Deutsche Kinemathek; Israel Film Archive; Cinémathèque Royale de Belgique; Filmoteca Española; IVAC/La Filmoteca; BFI - British Film Institute; Museo Nazional del Cinema; Filmoteca de Catalunya; Greek Film Archive

Entre as outras entidades estrangeiras que receberam filmes nossos mencionamos: Courtisane Festival ; MACBA - Museu d'Arte Contemporani de Barcelona; Festival du Film Régions d'Europe de Beauvais Oise; Cinematheque Seoul Art Cinema; Summer Film School Film Festival (República Checa); Midnight Sun Film Festival; Mairie de Ville de La Ciotat; Festival del film Locarno; Janela Internacional de Cinema do Recife; Le Fesnoy, Studio national des arts contemporains.

Das instituições nacionais que receberam filmes da nossa colecção mencionamos: Fantasporto - Festival Internacional de Cinema do Porto; Fundação de Serralves; Apordoc (Panorama – Mostra do Documentário Português); Associação Luzlinar; Medeia Filmes; Apdarc - Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Coa e Douro Superior (Festival de Cinema de Foz Côa); Clube Português de Cinematografia - Cineclube do Porto; Centro Cultural Olga Cadaval; Câmara Municipal de Leiria / m□i□mo - Museu da imagem em movimento; Teatro Nacional de São Carlos; MOTELx - Festival Internacional de Cinema de Terror de Lisboa; Córtex - Festival de Curtas Metragens de Sintra; Fila K cineclube; Lisbon & Estoril Film Festival; Os Filhos de Lumière - associação cultural; Cineclube da Feira.

II.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente

Destacam-se como atividades do DDEP em 2013 as seguintes:

II.2.1. Exibições

Do dia 2 de janeiro até ao final do ano programámos para um total de **1.361** sessões (**1.275** longas metragens e **519** curtas-metragens, **1.794** títulos) – ver Figuras 3 e 4. O total de espectadores das duas salas da Sede foi de **52.578**.

Figura 3. Comparação do n.º de sessões

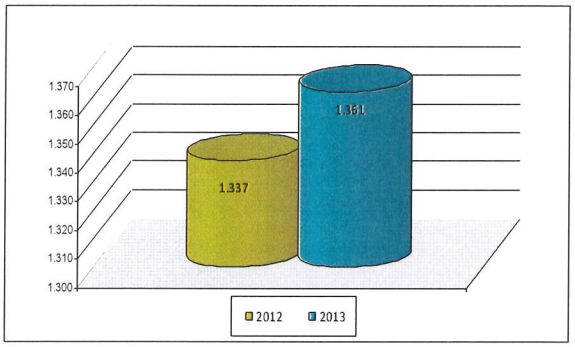
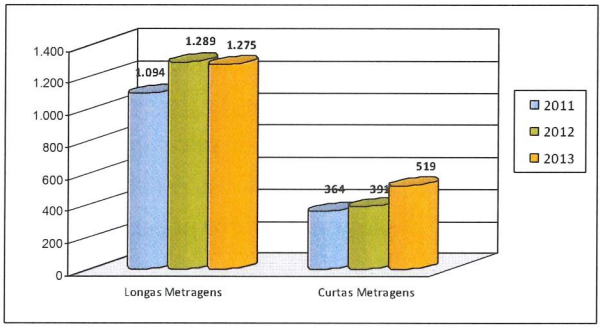


Figura 4. Distribuição das sessões entre longas e curtas metragens



Fonte: DDEP

Mantivemos a distribuição gratuita de uma "Folha de Sala" por cada sessão, com informação sobre o filme bem como pequena análise crítica e histórica do(s) filme(s) exibido(s).

Devido aos constrangimentos administrativos e financeiros, acima expostos, a programação do ano de 2013 cingiu-se fundamentalmente à exibição de cópias provenientes da nossa colecção. Esta medida não implicou a redução do número de sessões sentindo-se antes o seu impacto no conceito de programação de uma cinemateca. Apesar das dificuldades sentidas, com a colaboração de entidades externas, organizámos alguns Ciclos e Retrospectivas cuja importância merece destaque:

- Retrospectiva integral da obra do realizador Fritz Lang, realizada exclusivamente com cópias de 35 mm e 16mm ;
- Homenagem à Cinémathèque Royale de Bélgique, por ocasião do seu 75º aniversário;
- Homenagem à Cineteca di Bologna, focada na importância do trabalho de preservação e restauro desenvolvido na última década;
- Retrospectiva integral da obra do realizador Alain Cavalier, em colaboração com o DocLisboa;
- Retrospectiva integral da obra do realizador Claude Lanzmann, em colaboração com o Institut Français du Portugal;
- Retrospectiva integral da obra do realizador Víctor Erice;
- Ciclo *Uma Questão de Carácter* mensalmente uma individualidade nacional escolheu e apresentou um filme à sua escolha;
- Ciclo *Foco no Arquivo*, dividido em vários capítulos, todos eles abordando a questão de fundo do cinema como património e as condições de salvaguarda hoje existentes em Portugal. Foram promovidos por esta ocasião simultaneamente vários colóquios: "**Riscos do património / Um património em risco**", **Analógico e Digital – a Conservação e a Difusão do Cinema** em época de mutação tecnológica. Paralelamente, promovemos destinadas ao público em geral, quatro visitas guiadas com duração de duas horas e meia ao Arquivo Nacional de Imagens em Movimento mostrando o lado mais desconhecido da nossa missão;

- Ciclo **Iniciação ao Cinema: experiências e reflexões** em que esteve presente o perito francês Alain Bergala, no qual foram organizados dois colóquios: **Observar, Imaginar, filmar: o cinema na infância** e **Os filmes da minha infância: balanço reflexão, perspetivas**.

II.2.2. Exposições de Pré-cinema – Cinemateca Júnior

Entre janeiro e dezembro, e excluindo o período de ferias entre 14 de julho e 31 de agosto, tivemos um total de **7539** visitantes nas atividades de cinema e pré-cinema. Contando escolas e público em geral o número total de espectadores foi de **5803**. Organizámos **41** *workshops* com um total de **769** participantes. Durante a semana, atingimos **4203** visitantes de escolas e outros organismos.

II.2.3. Exposições

Para além da exposição regular de cartazes e fotografias das colecções da Cinemateca alusivas a cada programa mensal e exibidas no espaço de entrada das salas de cinema, organizámos 3 exposições temporárias no espaço "39 Degraus":

- Foco no Arquivo (janeiro-abril): exposição sobre o trabalho, actividades e colecções da Cinemateca, com objectos 'filme' e 'não-filme' e recriações dos espaços de arquivo originais.
- UFA (maio-outubro): exposição fotográfica da actividade dos estúdios de cinema alemães nos anos 20 e 30 do século XX, incluindo fotografias de cena e de rodagem de filmes com diversas versões.
- Colecções Imperfeitas (novembro de 2013-janeiro de 2014): exposição sobre a história de colecções relacionadas com o cinema, tais como álbuns de cromos, postais, «os pontos» (fotogramas roubados), objectos efémeros e *memorabilia* associada.

II.2.4. Centro de Documentação e Informação

Ao longo do ano, o Centro de Documentação e Informação (CDI) prosseguiu as suas principais atividades com vista à manutenção das coleções de recursos não-filme que são disponibilizados ao público na Biblioteca, acrescentando mais valia informativa a todos os itens adquiridos nas diversas modalidades de compra, doação, depósito, transferência ou "captura" (no caso dos recursos web) pelas operações de registo, catalogação, indexação, classificação e arquivo.

O CDI prosseguiu igualmente as tarefas de digitalização das coleções bibliográficas e iconográfias, com o duplo objetivo de conservação e acesso. Foram produzidas 2.048 matrizes digitais de fotografias de cena, cartazes e cartonados, bem como as respetivas imagens derivadas; foram produzidas 676 novas matrizes digitais de documentos bibliográficos, bem como as respetivas imagens derivadas.

A Biblioteca e o Arquivo Fotográfico receberam 913 visitantes, dando acesso a 9.150 documentos.

Ao nível da colaboração com outras entidades nacionais e estrangeiras, e para além dos habituais pedidos de informação à distância, apoios a festivais e organismos congéneres pelo envio de representações digitais de documentação biblio-iconográfica para os seus eventos, também em 2013 o CDI cedeu temporariamente as suas exposições itinerantes, designadamente: a exposição « Fotografias de Rodagem do Cinema Português» foi apresentada na MUESTRA DE CINE EUROPEO CIUDAD DE SEGOVIA – MUCES em dezembro, a exposição «Aurélio da Paz dos Reis – vistas do século XX» foi cedida à Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha no mesmo mês, a exposição «António Campos» foi exibida em Leiria, a exposição «Cinema Português/Portuguese Cinema» (co-prod. Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema e Camões, Instituto para a Cooperação e para a Língua, IP) foi apresentada na Amadora, Monção e Segovia (também esta no âmbito da MUESTRA DE CINE EUROPEO CIUDAD DE SEGOVIA – MUCES).

II.2.5. Publicações

We published and distributed the *Jornal Cinemateca*, a monthly newspaper with information on the film programmes and schedules, exhibitions, and all our regular public activities. From September to December we produced 10.000 copies that were distributed among 120 different places and made available for the public in general (free of charge). Due to our financial difficulties, in the months from January to July this edition was reduced to 5000 copies, produced in-house. The postal delivery was replaced by a major effort in electronic means of distribution.

Produzimos e distribuímos **O Jornal da Cinemateca.** De setembro a dezembro produzimos 10.000 exemplares do formato inaugurado em 2011 e distribuído gratuitamente em 120 locais culturais com grande afluência de público. Devido às dificuldades financeiras sentidas de janeiro a julho a produção, exclusivamente policopiada, foi reduzida para 5000 exemplares. Mantemos os esforços para substituir o envio postal por envio eletrónico.

II.2.6. Visitantes

Em 2013, tivemos a honra de receber como convidados estrangeiros as seguintes personalidades: Alain Cavalier, Alain Bergala, Claude Lanzmann, Denis Côté, Françoise Lebrun, Albert Serra, James Gray, Víctor Erice, Ginette Lavigne, Bernard Eisenschitz o Colega da Cineteca di Bologna, Gian Luca Farinelli.

Acolhemos os actores, técnicos e realizadores portugueses como António-Pedro Vasconcelos, Jorge Silva Melo, Luís Miguel Cintra, Pedro Costa, Bruno de Almeida, Célia Alturas, Hugo Folgado, Zé Pedro Alfaiate, Possidónio Cachapa, Rui Mourão, Hernâni Duarte Maria, Pedro Noel da Luz, Leonor Noivo, Marcelo Félix, Bruno Andrade, José Oliveira, Marta Ramos, Susana Nobre, Nuno Lisboa, Eduardo Guerra, Miguel Ferrão, Ricardo Machado, Paulo César Fajardo, Bruno Carnide, Adriano Mendes, Patrick Mendes, Nuno Sá Pessoa, Pedro Florêncio, Fernando Alle, José Barahona, João Viana, Renata Sancho, João Rodrigues, Guilherme Daniel, Andrea Segre, Bruno Moreira, José Meireles, João Alves da Veiga, João Pinto Nogueira, Mário Fernandes, Aurora Ribeiro e Alberto Seixas Santos (que mensalmente escolheu e apresentou um filme). Em sessões pontuais para discussão com o público contamos com as presenças de Augusto M. Seabra, José Narciso Cunha Rodrigues, José Tolentino de Mendonça, Pedro Adão e Silva,

António Sampaio da Nóvoa, Eduardo Paz Ferreira, Floreal Peleato, Mathieu Sodore, Pedro Pinho, Frederico Lobo, Luísa Homem, Camané, Helena Pinto, Edgar Pêra e Manuela Serra. No Ciclo Uma Questão de Carácter recebemos Luís Gouveia Monteiro, Eugénio Lisboa, Eduardo Paz Ferreira, Rui Esteves, Rosa Maria Perez, António Bagão Félix, Álvaro García de Zúñiga, José Medeiros Ferreira e Simonetta Luz Afonso.

II.2.7. Relações Internacionais

Em abril, o Senhor Subdirector José Manuel Costa foi o Delegado da CP-MC no Congresso da FIAF que, este ano, se realizou em Barcelona. No mesmo mês, esteve presente no Festival du Film "Régions d'Europe" (em Beauvais Oise) cuja programação foi dedicada a Portugal e em que foram exibidos mais de 50 filmes, incluindo 4 antestreias portuguesas e realizadas homenagens ao realizador Paulo Rocha, ao produtor e distribuidor Paulo Branco, à realizadora e actriz Maria de Medeiros entre outros. A Cinemateca Portuguesa colaborou com o Festival, nomeadamente na rubrica "*Pérolas Raras*", em que foram exibidas cópias do nosso Arquivo, entre os quais o filme **Maria do Mar**, 1930 de José Leitão de Barros, título restaurado no nosso Laboratório, sessão apresentada pelo Senhor Subdirector.

Em junho, esteve presente na 28ª edição do Midnight Sun Film Festival em Sodankyla, Finlândia, onde proferiu uma "Masterclass" sobre o filme do realizador Paulo Rocha **Mudar de Vida**. Em agosto deslocou-se ao Festival de Cinema de Locarno para apresentar em ante-estreia o último filme do realizador Paulo Rocha **Se Eu Fosse Ladrão... Roubava** e as versões restauradas pelo nosso Laboratório dos dois primeiros filmes do mesmo realizador, **Verdes Anos** (1963) e **Mudar de Vida** (1966). Participou igualmente em debates e numa mesa redonda sobre a obra de Paulo Rocha com o realizador Pedro Costa.

Em outubro, foi convidado para participar na conferência internacional *Re-inventing Cinefilia* organizada pela Cinemateca da Grécia em colaboração com a Associação Europeia dos Arquivos Filmicos e Cinematecas (ACE) e apresentar o "paper" *What about film museology? - questions on the institutional field, and on practices and paths followed by the archives today*. Na mesma ocasião, integrado na 7ª edição do Festival de Cinema Avant-Garde apresentou alguns filmes da retrospectiva dedicada ao Realizador Pedro Costa.

Em novembro, o senhor subdirector foi especialista convidado para o 2º painel de discussão no simpósio MoHo, organizado pelo Modern Heritage Observatory em Beirute, que tem como tema principal a preservação do património cultural nos seus diversos quadrantes.

II.3. Divisão de Gestão

À DG estão cometidas as áreas de caráter instrumental transversais ao funcionamento de todas as atividades da CP-MC, destacando-se as seguintes:

II.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa

No âmbito da gestão de Recursos Humanos (RH) executaram-se procedimentos ao nível da gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos, elaboração do balanço social e do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE), gestão da formação de trabalhadores, gestão da assiduidade do pessoal e elaboração dos mapas de férias por unidades orgânicas.

No âmbito da gestão administrativa destacam-se o registo de expedição de correspondência, a coordenação das tarefas do pessoal auxiliar e a organização do arquivo corrente.

II.3.2. Aprovisionamento e Património

Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG todas as tarefas decorrentes da gestão das despesas da atividade corrente da CP-MC: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, *etc.*.

Por outro lado, todas as aquisições efetuadas no âmbito do Código dos Contratos Públicos estão afetas à DG: desenvolveram-se processos de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao regular funcionamento da CP-MC, nos termos decorrentes do regime da Contratação Pública, designadamente, Acordos-Quadro, Ajustes Diretos e Contratos.

Em 2013 o cumprimento do disposto na Lei n.º 66B/2012 de 31de dezembro, Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013 (artº 75) e na Portaria n.º 16/13 de 17de janeiro, levou a um aumento significativo do trabalho nestas áreas, uma vez que os diplomas referidos implicaram a gestão de reduções remuneratórias com fornecedores, a preparação de pedidos de parecer prévio vinculativo aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública e a comunicação dos contratos celebrados (nos termos do nº 2 do artigo 3º da Portaria 16/2013)

II.3.3. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria

No âmbito orçamental, elaborou-se e entregou-se a Conta de Gerência de 2012, executou-se e monitorizou-se o orçamento de funcionamento de 2013 e preparou-se o orçamento de 2014. Em matéria contabilística e de tesouraria, classificaram-se as receitas e despesas (em contabilidade orçamental e no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), entregou-se o IVA (trimestral) e os demais mapas devidos no âmbito da atividade desenvolvida.

Foi ainda efetuada mensalmente a prestação de contas à Direção-Geral do Orçamento, através do seu *site* ou no âmbito do Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO): Compromissos Assumidos, Unidade de Tesouraria, Pagamentos em Atraso, Fundos Disponíveis, Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais e Relatório de Execução Orçamental.

Foram ainda processados os fundos de maneio da CP-MC de acordo com as normas em vigor e efectuou-se a gestão de tesouraria.

III. Quadro de Avaliação e Responsabilização

Foi apresentado QUAR para 2013.

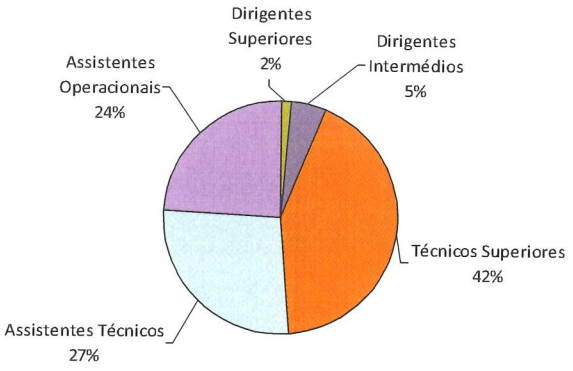
IV. Recursos utilizados

Analisam-se em seguida os Recursos Humanos e Financeiros da CP-MC em 2013.

IV.1. Recursos Humanos

No final do ano, a CP-MC tinha 66 trabalhadores (incluindo uma assistente técnica que está ausente, por acidente em serviço, há mais de 4 anos): quatro comissões de serviço e os restantes trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, distribuídos conforme se apresenta na Figura 5:

Figura 5. Colaboradores da CP-MC em 2013



Fonte: SIOE

O escalão etário predominante é acima dos 50 anos (50%), havendo ainda 37,5% de funcionários entre os 40 e os 50 e cerca de 12% abaixo dos 40 anos. Em matéria de género há 56% de funcionários do sexo masculino. No que concerne os níveis de escolaridade há 64% de funcionários com escolaridade até ao 12.º ano, sendo os restantes 36% bacharelatos, licenciaturas ou mestrados.

IV.2. Recursos Financeiros

Verifica-se que em 2013 a CP-MC arrecadou 75% da receita prevista, tendo apenas arrecadado 50% de receita própria inscrita.

Não tendo sido autorizada a integração do saldo da gerência de 2012 na posse do serviço (€21.850), este saldo encontra-se na conta da CP-MC.

Tem-se registado uma consistente diminuição da receita com origem na taxa de exibição, que reverte para a CP-MC na proporção de 0,8% sobre o preço de exibição ou difusão de publicidade – a qual, face ao ano anterior, diminuiu 14% .

Foi autorizada a aplicação do adiantamento recebido do PRODER (€7.926) em 2012, que apesar de ser um projeto cofinanciado em 90% e fundamental para garantir a segurança do espólio fílmico depositado no arquivo da CP-MC, atendendo às características do material armazenado (o nitrato de celulose, material das películas dos filmes antigos, é altamente combustível).

A regra de equilíbrio orçamental foi cumprida com dificuldade, atendendo à crescente quebra de receitas provenientes da taxa de exibição: entre 2012 e 2013, a receita arrecadada por esta via decresceu em 14%.

No período em apreciação a posição da CP-MC em relação à receita foi a que se apresenta no Quadro 1:

Quadro 1. Orçamento da receita 2013

Origem	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada
Orçamento de Funcionamento			
510-Receita Própria do ano	4.350.000€	3.254.504€	2.156.692€
520-Saldos de RP transitados		21.850€	21.850€
540-Transferências de RP entre organismos		1.095.496€	1.095.496€
Subtotal	4.350.000€	4.371.850€	3.274.038€
PIDDAC			
452-FEADER		7.926€	7.926€
Subtotal			
Total	**4.350.000€**	**4.379.097€**	**3.281.964€**

Fonte: SIAG

Por sua vez, a situação em matéria de despesa é a sintetizada no Quadro 2:

Quadro 2. Orçamento da despesa 2013

Descrição	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido disponível	Despesa Realizada
Orçamento de Funcionamento			
510-Receita Própria do ano			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	1.288.884€	1.385.264€	1.346.083€
Aquisição de Bens Serviços	820.902€	1.175.686€	678.577€
Outras despesas correntes	1.830.828€	35.349€	22.434€
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	404.500€	313.779€	46.065€
Subtotal	4.345.114€	2.910.077€	2.093.159€
540-Transferências de RP entre organismos			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal		335.775€	335.767€
Aquisição de Bens e Serviços		452.913€	429.700€
Outras Despesas correntes		7.000€	2.930€
Despesa Capital			
Aquisição de Bens de Capital		299.808€	294.008€
Subtotal		1.095.496€	1.062.405
452-FEADER			
Despesas Correntes			
Aquisição de Bens Serviços		7.926€	7.926€
Subtotal			
Total	4.345.114€	4.013.499€	3.163.490€

Fonte: SIAG

Comparando a receita liquidada com a despesa efetuada, resultam o saldo que se apresenta no Quadro 3:

Quadro 3. Saldos Orçamentais 2013

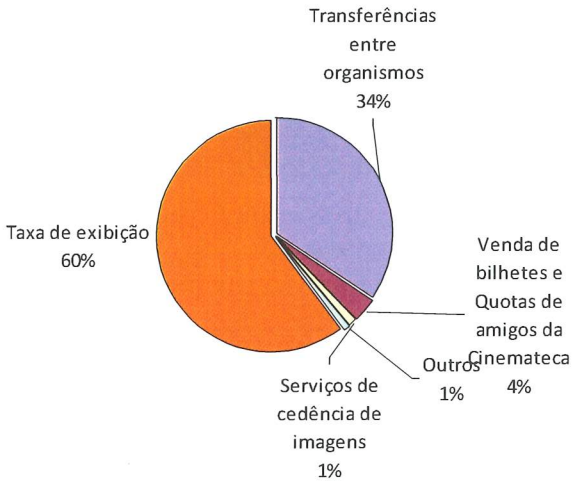
Descrição	Receitas Efetivas (a)	Despesas Efetuadas (b)	Saldo (c) = (a) – (b)
Orçamento de Funcionamento			
510-Receitas Próprias	2.156.692€	2.093.159€	65.533€
520-Saldos de RP transitados	21.850€	-	21.850€
540- Transferências de RP entre organismos	1.095.496€	1.062.405€	33.091€
Subtotal	3.274.038€	3.155.564€	118.474€
PIDDAC			
452-FEADER	7.926€	7.926€	-
Subtotal			
Total	3.281.964€	3.163.490€	118.474€

Fonte: SIAG

As receitas foram suficientes para cobrir as despesas efetuadas – em cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Do total de receita arrecadada transita para 2013, no orçamento de funcionamento, o valor de €118.474, o que corresponde a 3,6% da receita arrecadada. Deste valor, €21.850 representam a receita transitada de 2012, para a qual não foi autorizada execução em 2013.

As Receitas Próprias da CP-MC têm origem essencialmente nas fontes identificadas na Figura 6 – destacando-se o produto das taxas de exibição, atribuídas nos termos definidos no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e transferências entre organismos:

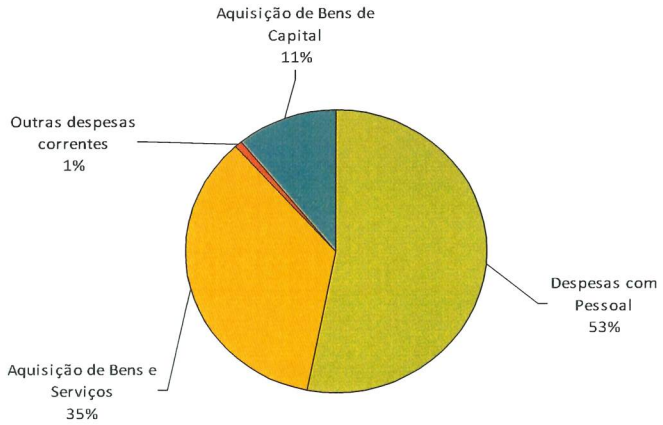
Figura 6. Origem da receita em 2013



Fonte: SIAG

A figura 7 representa a distribuição da execução por agrupamento de despesa de todas as Fontes de Financiamento:

Figura 7. Despesa por agrupamento em



Fonte: SIAG

Em suma, e apesar da instabilidade orgânica e funcional, a CP-MC conseguiu cumprir algumas das metas traçadas.

Reforçamos a carência de outras Fontes de Financiamento que não as Receitas Próprias, e que tem limitado o cumprimento da missão da CP-MC, destacando-se duas necessidades incontornáveis, de curto prazo:

- Maior número de preservações do património fílmico português;
- Aquisição de estantes compactas para os novos depósitos climatizados do ANIM (para receção e conservação das coleções fílmicas depositadas);

* * *

Lisboa, 24 de abril de 2014

A DIRETORA	O SUBDIRETOR
Maria João Seixas	José Manuel Costa

V. Demonstrações Financeiras

Balanço em 31/12/2013

Demonstração de Resultados em 31/12/2013

BALANÇO

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	ACTIVO	EXERCÍCIOS 2013 AB	2013 AP	2013 AL	2012 AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio:				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens do domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.246.457,78	14.283,07	1.232.174,71	1.218.733,93
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.246.457,78	14.283,07	1.232.174,71	1.218.733,93
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	164.603,30		164.603,30	164.603,30
422	Edifícios e outras construções	17.029.593,97	4.734.567,14	12.295.026,83	12.610.531,09
423	Equipamento básico	6.052.402,46	5.814.795,38	237.607,08	239.837,22
424	Equipamento de transporte	102.606,11	102.606,11		
425	Ferramentas e utensílios	72.602,80	71.916,73	686,07	979,48
426	Equipamento administrativo	1.597.885,47	1.413.116,02	184.769,45	79.826,87
427	Taras e vasilhames				
429	Outras imobilizações corpóreas	6.833.071,41	92.439,35	6.740.632,06	6.721.135,89
442	Imobilizações em curso	5.270,46		5.270,46	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		31.858.035,98	12.229.440,73	19.628.595,25	19.816.913,85
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios	578.041,63	517.186,75	60.854,88	74.002,19
32	Mercadorias	1.240,00		1.240,00	1.330,00
37	Adiantamentos por conta de compras				
		579.281,63	517.186,75	62.094,88	75.332,19
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
2812+2822	Empréstimos concedidos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	76.274,32		76.274,32	51.516,14
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
214	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	89.893,15	89.893,15		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268	Outros devedores	247.438,11		247.438,11	249.205,44
		413.605,58	89.893,15	323.712,43	300.721,58
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	356.250,32		356.250,32	131.595,60
12	Depósitos em instituições financeiras	4.272,76		4.272,76	642,80
11	Caixa				1.389,80
		360.523,08		360.523,08	133.628,20
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos e proveitos				
272	Custos diferidos	7.862,49		7.862,49	9.523,09
		7.862,49		7.862,49	9.523,09
	Total de amortizações		12.243.723,80		
	Total de provisões		607.079,90		
	Total do activo	34.465.766,54	12.850.803,70	21.614.962,84	21.554.852,84

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS 2013	EXERCÍCIOS 2012
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	9.955.728,47	9.955.728,47
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2.684.389,38	2.684.389,38
575	Subsídios	4.253.670,74	4.253.670,74
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados	-3.389.997,79	-3.223.792,89
88	Resultado líquido do exercício	70.802,11	-166.204,90
		13.574.592,91	13.503.790,80
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312+2322	Empréstimos obtidos		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada		
23112+23212+12	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	100.106,71	28.159,19
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	440,40	440,40
223			
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	19.658,68	25.374,59
24	Estado e outros entes públicos	129.210,79	62.706,63
262+263+267+268	Outros credores	2.436,04	375,81
		251.852,62	117.056,62
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	210.630,80	131.743,52
274	Proveitos diferidos	7.577.886,51	7.802.261,90
		7.788.517,31	7.934.005,42
	Total dos fundos próprios e do passivo	21.614.962,84	21.554.852,84

Abreviaturas:
AB = Activo bruto.
AP = Amortizações e provisões acumuladas.
AL = Activo líquido.

.../...

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CÓDIGO DAS CONTAS POCP		EXERCÍCIOS 2013		2012	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	15.085,34		8.683,69	
	Matérias		15.085,34		8.683,69
62	Fornecimentos de serviços externos	1.109.624,89		1.101.279,08	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.444.973,53		1.281.527,57	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões			53,28	
	Outros	316.283,07	2.870.881,49	296.363,52	2.679.223,45
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício	504.730,32		465.779,14	
67	Provisões do exercício		504.730,32	10.511,55	476.290,69
65	Outros custos e perdas operacionais	8.080,25	8.080,25	17.194,80	17.194,80
	(A)...		3.398.777,40		3.181.392,63
68	Custos e perdas financeiras		200,90		250,37
	(C)...		3.398.978,30		3.181.643,00
69	Custos e perdas extraordinários		37.300,57		314,63
	(E)...		3.436.278,87		3.181.957,63
88	Resultado líquido do exercício		70.802,11		-166.204,90
			3.507.080,98		3.015.752,73
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	10.332,38		8.282,13	
	Vendas de produtos	40.870,95		79.871,55	
	Prestações de serviços	122.482,91	173.686,24	125.760,53	213.914,21
72	Impostos, taxas e outros	1.924.893,25		2.145.468,62	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	50.805,12		45,10	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras	1.104.541,00		396.872,94	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	9.923,32	3.090.162,69	12.374,15	2.554.760,81
	(B)...		3.263.848,93		2.768.675,02
78	Proveitos e ganhos financeiros		14.838,74		21.629,25
	(D)...		3.278.687,67		2.790.304,27
79	Proveitos e ganhos extraordinários		228.393,31		225.448,46
	(F)...		3.507.080,98		3.015.752,73

	Resumo				
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		-134.928,47		-412.717,61
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)		14.637,84		21.378,88
	Resultados Correntes: (D)-(C)		-120.290,63		-391.338,73
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		70.802,11		-166.204,90

Anexo às

Demonstrações Financeiras

do exercício findo em

31 de dezembro de 2013

8.1. Caracterização da entidade

8.1.1. Identificação

Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, IP

Rua Barata Salgueiro, 39

1269-059 Lisboa

NIPC: 501 603 409

8.1.2. Legislação

Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril (Lei Quadro dos Institutos Públicos)

Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro (Lei Orgânica do Ministério da Cultura) e Decreto-Lei n.º 126-A/2011 (Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros)

Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho (Lei Orgânica da CP-MC)

Portaria n.º 374/2007, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 560/2010, de 23 de julho (Estatutos da CP-MC)

Despacho n.º 2079/2011, de 28 de janeiro (nomeação do Revisor Oficial de Contas da CP-MC)

Despacho n.º 16428/2011, de 5 de dezembro (nomeação da Diretora, em regime de substituição)

Despacho n.º 1357/2012, de 31 de janeiro (nomeação do Subdiretor, em regime de substituição)

Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 setembro (posteriormente suspenso pelo artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março)

8.1.3. Atividades

A CP-MC tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

8.1.4. Recursos Humanos

Recursos Humanos	Número
Dirigentes – Direção superior	1
Dirigentes – Direção intermédia	3
Técnico Superior	28
Coordenador Técnico	2
Assistente Técnico	16
Encarregado geral operacional	1
Encarregado operacional	2
Assistente Operacional	13
TOTAL	**66**

8.1.5. Organização Contabilística

A CP-MC dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Plano de Contas, seguindo os princípios e demais critérios definidos no POCP, instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

A CP-MC tem atualmente o sistema informático de gestão SIAG, que proporciona a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e correspondente execução orçamental. Permite ainda a obtenção dos documentos de prestação de contas de acordo com as instruções do Tribunal de Contas e da Direção-Geral do Orçamento.

Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade. Os registos são objeto de conferência através do cruzamento da informação registada no sistema informático, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial. Estes registos são ainda revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

Todas as compras são conferidas e controladas no ato de receção e toda a faturação (recebida e emitida) é controlada pelos intervenientes.

Os serviços de contabilidade são únicos e estão organizados de forma centralizada sendo parte integrante da Divisão de Gestão.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, os Institutos Públicos (natureza jurídica atribuída, a partir de 1 de abril de 2007, à CP-MC sua Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 94/2007 de 29 de março) aplicam o POCP.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no POCP e os mapas elaborados são apresentados em euros, exceto quando mencionado o contrário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Balanço da CP-MC apresenta em 2013 um aumento de cerca de 0,3% relativamente a 2012.

De salientar que a conta "Existências" registou uma redução, relativamente a 2012, refletindo as reduções verificadas na conta "Produtos Acabados e Intermédios".

A diferença da conta Resultados Líquidos de -€166.204,90 em 2012 para €70.802,11 em 2013, deve-se sobretudo ao aumento do total dos proveitos e ganhos em 2013 na ordem dos 14%.

No exercício de 2013 apurou-se um Resultado Líquido de € 70.802,11, representando este valor uma aumento significativa do resultado tendo em conta que em 2012 este resultado era negativo.

No que respeita ao Passivo, o mesmo apresentou em 2013 uma redução face a 2012, particularmente em resultado da movimentação na conta "Acréscimos e Diferimentos".

Numa análise aos Resultados Operacionais, conclui-se que estes tiveram uma alteração significativa face a 2012 – de -€412.717,61 para -€134.928,47 – pelo aumento dos proveitos operacionais em 2013.

8.2.1. Principais políticas e critérios contabilísticos

Especialização de exercícios: Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Vendas e prestações de serviços: As rubricas de vendas e prestações de serviços refletem as Receitas Próprias da CP-MC, provenientes das taxas recebidas, da venda de publicações e dos demais serviços prestados no âmbito da cedência de imagens e de cópia de filmes, a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Imobilizações corpóreas e amortizações: os bens do imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição. A CP-MC calcula as amortizações pelo método das quotas constantes conforme definido na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que definiu o regime de Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Inventário: em 2013 manteve-se o registo do inventário, o qual é efetuado segundo as normas do CIBE, estando elaboradas relativamente aos ativos expressos nas demonstrações financeiras todos os mapas previstos na legislação em vigor.

Acréscimos e diferimentos: o valor das férias, subsídios de férias e respetivos encargos vencidos em 2013 e a pagar em 2014 encontram-se registados em acréscimos de custos com base em estimativas (nos termos do artigo 27.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013). As receitas provenientes da taxa de exibição a entregar à CP-MC, referentes aos meses de novembro e dezembro, foram contabilizadas nos proveitos diferidos – também com base em estimativas.

Pessoal: em 31 de dezembro de 2013 os despesas com o pessoal ascendem a cerca de €1.681.850 valor cerca de 6,6% superior ao montante apurado no exercício anterior. Esta diferença deve-se ao pagamento do subsídio de férias.

8.2.2. e 8.2.3. Movimentos no ativo imobilizado

MAPA ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES E AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANF. E ABATES	SALDO FINAL
Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar						
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso de bens de domínio público						
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	1.230.527,55		15.930,23			1.246.457,78
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.230.527,55		15.930,23			1.246.457,78
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	164.603,30					164.603,30
Edifícios e outras construções	17.029.593,97					17.029.593,97
Equipamento básico	5.943.613,31		108.789,15			6.052.402,46
Equipamento de transporte	102.606,11					102.606,11
Ferramentas e utensílios	72.602,80					72.602,80
Equipamento administrativo	1.424.987,29		172.898,18			1.597.885,47
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	6.806.106,93		26.964,48			6.833.071,41
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas			5.270,46			5.270,46
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	31.544.113,71		313.922,27			31.858.035,98
Investimentos financeiros						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso de investimentos financeiros						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total:	32.774.641,26		329.852,50			33.104.493,76

Ativo bruto: a CP-MC aumentou o seu ativo bruto em €329 852,50 – essencialmente pela aquisição de bens corpóreos, designadamente equipamento básico e administrativo.

MAPA AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
De imobilizações corpóreas	11.727.199,86	502.240,87	0,00	12.229.440,73
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	4.419.062,88	315.504,26	0,00	4.734.567,14
Equipamento básico	5.703.776,09	111.019,29	0,00	5.814.795,38
Equipamento de transporte	102.606,11	0,00	0,00	102.606,11
Ferramentas e utensílios	71.623,32	293,41	0,00	71.916,73
Equipamento administrativo	1.345.160,42	67.955,60	0,00	1.413.116,02
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	84.971,04	7.468,31	0,00	92.439,35
De imobilizações incorpóreas	11.793,62	2.489,45	0,00	14.283,07
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	11.793,62	2.489,45	0,00	14.283,07
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Provisões para investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras				
Total...	11.738.993,48	504.730,32	0,00	12.243.723,80

Amortizações: As amortizações do exercício 2013 apresentam um aumento face a 2012 de cerca de **6%,** devendo-se sobretudo a amortização de equipamentos adquiridos em 2013.

A

8.2.4. Movimentos das provisões

MAPA PROVISÕES

CÓDIGO DAS CONTAS	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
1.9	Provisões para aplicações de tesouraria				
2.9.1	Para cobranças duvidosas	52.592,58	37.300,57	0,00	89.893,15
2.9.2	Para riscos e encargos				
3.9	Provisões para depreciação de existências	520.206,75	0,00	3.020,00	517.186,75
4.9	Provisões para investimentos financeiros				
	Total...	572.799,33	37.300,57	3.020,00	607.079,90

Provisões: durante 2013 as provisões para depreciação de existências diminuíram em €3.020,00 – representando o acerto das provisões constituídas em 2012.

As provisões para cobranças duvidosas aumentaram €37.300,57.

8.2.5. Movimentos em rubricas de fundos próprios

MAPA FUNDOS PRÓPRIOS

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS 2013	EXERCÍCIOS 2012
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	9.955.728,47	9.955.728,47
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2.684.389,38	2.684.389,38
575	Subsídios	4.253.670,74	4.253.670,74
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados	-3.389.997,79	-3.223.792,89
88	Resultado líquido do exercício	70.802,11	-166.204,90
		13.574.592,91	13.503.790,80

No exercício de 2013 apurou-se um Resultado Líquido de €70.802,11, representando este número um aumento substancial relativamente ao resultado de 2012.

A variação da rubrica de Resultados Transitados refere-se à transferência do resultado líquido negativo de -€166.204,90 do exercício de 2012.

8.2.6. Demonstração dos Resultados financeiros

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FINANCEIROS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2013	2012			2013	2012
6.8.1	Juros suportados	0,00	0,00	7.8.1	Juros obtidos	0,00	0,00
6.8.2	Perdas em empresas filiais e associadas	0,00	0,00	7.8.2	Ganhos em empresas filiais e associadas	0,00	0,00
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	7.8.3	Rendimentos de imóveis	14.784,28	21.425,91
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	7.8.4	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	26,28	85,75	7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis	54,46	203,34
6.8.7	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros	174,62	164,62	7.8.7	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
8.2	Resultados financeiros	14.637,84	21.378,88	7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		14.838,74	21.629,25			14.838,74	21.629,25

Os Custos e Perdas Financeiros do exercício de 2013 dizem respeito, essencialmente, a diferenças de câmbio e a correções ao exercício do ano anterior; os Proveitos e Ganhos refletem essencialmente os rendimentos de imóveis da CP-MC no exercício de 2013.

8.2.7. Demonstração dos Resultados Extraordinários

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2013	2012			2013	2012
6.9.1	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	7.9.1	Restituição de impostos	0,00	0,00
6.9.2	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	7.9.2	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
6.9.3	Perdas em existências	0,00	0,00	7.9.3	Ganhos em existências	0,00	0,00
6.9.4	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	7.9.4	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
6.9.5	Multas e penalidades	0,00	0,00	7.9.5	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	37.300,57	0,00	7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	3.020,00	0,00
6.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	314,63	7.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	191,36	45,10
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	7.9.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	225.181,95	225.403,36
8.4	Resultados Extraordinários	191.092,74	225.133,83				
		228.393,31	225.448,46			228.393,31	225.448,46

Os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários do exercício de 2013 são referentes à imputação da quota-parte dos subsídios de investimento em função das amortizações dos respetivos ativos imobilizados.

8.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

Os custos com Pessoal sofreram um aumento, em relação a 2012 devido ao reconhecimento do subsídio de férias, incluindo o de 2014. Ainda nos custos com Pessoal, é de referir o acréscimo do valor dos Encargos Sociais, em virtude do aumento da incidência e das taxas da ADSE, Segurança Social e contribuições para a CGA.

Tem-se, contudo, assistido a um decréscimo na receita cobrada no Orçamento de Funcionamento (Fonte de Financiamento 510), quando comparada com anos anteriores (face a 2012, a diminuição foi de 35%).

Esta quebra justifica-se, conforme anteriormente referido, pela muito substantiva diminuição da taxa de exibição entregue à CP-MC.

Parte da despesa foi suporta pela fonte de financiamento 540, que corresponde a aproximadamente 33% da receita cobrada no ano.

Mapas de Execução Orçamental

a) Controlo Orçamental da Despesa

Origem	Orçamento		Despesa Realizada
	Inicial	Corrigido Disponível	
Orçamento de Funcionamento			
510-Receita Própria do ano			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	1.288.884 €	1.385.264 €	1.346.083 €
Aquisição de Bens Serviços	820.902 €	1.175.685 €	678.577 €
Outras despesas correntes	1.830.828 €	35.349 €	22.434 €
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	404.500 €	313.779 €	46.065 €
Subtotal	4.345.114 €	2.910.077 €	2.093.159 €
540-Transferências de RP entre organismos			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal		335.775 €	335.767 €
Aquisição de Bens Serviços		452.913 €	429.700 €
Outras despesas correntes		7.000 €	2.930 €
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital		299.808 €	294.008 €
Subtotal		1.095.496 €	1.062.405 €
PIDDAC			
452-FEADER			
Despesas Correntes			
Aquisição de Bens Serviços		7.926 €	7.926 €
Subtotal		7.926 €	7.926 €
Total	4.345.114 €	4.013.499 €	3.163.490 €

b) Controlo Orçamental da Receita

Origem	Orçamento		Receita Cobrada
	Inicial	Corrigido	
Orçamento de Funcionamento			
510-Receita Própria do ano	4.350.000 €	3.254.504 €	2.156.692 €
520-Saldos de RP transitados		21.850 €	21.850 €
540-Transferências de RP entre organismos		1.095.496 €	1.095.496 €
Subtotal	4.350.000 €	4.371.850 €	3.274.038 €
PIDDAC			
452-FEADER	0 €	7.926 €	7.926 €
Subtotal	0 €	7.926 €	7.926 €
Total	4.350.000 €	4.379.097 €	3.281.964 €

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº				
			Funcionamento				01	02	14	Outros abonos em numerário ou espécie	2.414,26		
04	01	99	Taxas diversas.	606.802,11			01	03	01	Encargos com a saúde	7.026,22		
07	01	03	Publicações e impressos.	3.107,76			01	03	03	Subsídio familiar a crianças e jovens	583,89		
07	01	11	Produtos acabados e intermédios.	2.076,00			01	03	04	Outras prestações familiares	678,43		
07	01	99	Outros.	376,60			01	03	05	Contribuições para a segurança social	84.975,28		
07	02	01	Aluguer de espaços e equipamentos.	1.375,00			01	03	06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	5,59		
07	02	08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	43.555,45			01	03	10	Outras despesas de segurança social	1.548,16		
07	02	99	Outros.	9.268,29			02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	5.883,28		
07	03	02	Edifícios.	5.590,38			02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	436,65		
08	01	99	Outras.	0,01			02	01	08	Material de escritório	315,74		
			Orçamento SFA				02	01	15	Prémios condecorações e ofertas	132,88		
04	01	99	Taxas diversas.	1.319.858,47			02	01	17	Ferramentas e utensílios	10,95		
06	01	02	Privadas.	9.045,00			02	01	21	Outros bens	36,90		
06	03	07	Serviços e Fundos Autónomos.	1.095.496,00			02	02	01	Encargos das instalações	43.645,27		
07	01	03	Publicações e impressos.	7.678,34			02	02	03	Conservação de bens	2.196,68		
07	01	11	Produtos acabados e intermédios.	46.166,64			02	02	08	Locação de outros bens	4.958,58		
07	01	99	Outros.	639,64			02	02	09	Comunicações	9.930,82		
07	02	01	Aluguer de espaços e equipamentos.	2.359,00			02	02	10	Transportes	12.239,40		
07	02	08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	70.508,06			02	02	11	Representação dos serviços	2.431,71		
07	02	99	Outros.	21.222,80			02	02	12	Seguros	1.021,87		
07	03	02	Edifícios.	6.811,76			02	02	13	Deslocações e estadas	1.619,31		
08	01	99	Outras.	59,75		3.251.997,06	02	02	17	Publicidade	1.722,00		

c) Fluxos de Caixa

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº				
			Saldo da gerência anterior:							Despesas de fundos próprios:			
			Execução orçamental - Fundos próprios:							Dotações orçamentais (OE):			
			De dotações orçamentais (OE)	1,09	1,09					Correntes:			
			De receitas próprias:							Capital:			
			Na posse do serviço	29.775,73	29.775,73	29.776,82				Extra-orçamentais::			
			Na posse do Tesouro							I - Total da despesa por c/ OE			
			De receita do Estado - Fundos alheios			36.361,47							
			De operações de tesouraria - Fundos alheios			20.155,29				Desp. orç. c/ comp. em receita própria , c/ ou s/ transição de saldos:			
			Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:							Correntes:			
			De receita do Estado							PIDDAC			
			De operações de tesouraria				02	02	25	Outros serviços	7.926,47		
										Funcionamento			
			I - Total do saldo da gerência na posse do serviço			86.293,58	01	01	02	Orgãos sociais	25.254,30		
							01	01	03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	324.810,81		
			Receitas de fundos próprios:				01	01	11	Representação	8.716,36		
			Dotações orçamentais (OE):				01	01	13	Subsídio de refeição	22.745,02		
			Correntes:				01	01	14	Subsídio de férias e de Natal	30.722,46		
			Capital:				01	01	15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	4.479,21		
			Extra-orçamentais:				01	02	02	Horas extraordinárias	1.184,60		
			Receitas próprias:				01	02	04	Ajudas de custo	298,81		
			Correntes:				01	02	11	Subsídio de turno	5.681,50		

CÓDIGO			RECEBIMENTOS		CÓDIGO			PAGAMENTOS	
CAPº	GRPº	ARTº			AGRº	SAGRº	RUBº		
			Operações de tesouraria	425.332,81	01	03	10	Outras despesas de segurança social	6.966,72
					02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	183.125,96
					02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	5.101,12
					02	01	04	Limpeza e higiene	3.866,51
					02	01	08	Material de escritorio	15.209,31
					02	01	15	Prémios condecorações e ofertas	4.520,45
					02	01	17	Ferramentas e utensílios	74,63
					02	01	21	Outros bens	11.266,27
					02	02	01	Encargos das instalações	128.073,79
					02	02	02	Limpeza e higiene	89.379,18
					02	02	03	Conservação de bens	114.463,76
					02	02	08	Locação de outros bens	20.212,26
					02	02	09	Comunicações	18.473,45
					02	02	10	Transportes	39.709,75
					02	02	11	Representação dos serviços	1.080,13
					02	02	12	Seguros	11.301,78
					02	02	13	Deslocações e estadas	765,90
					02	02	15	Formação	519,00
					02	02	17	Publicidade	1.065,89
					02	02	18	Vigilância e segurança	184.352,28
					02	02	19	Assistência técnica	29.065,76
					02	02	20	Outros trabalhos especializados	95.913,33

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS		
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº			
			Capital:				02	02	18	Vigilância e segurança	16.100,46	
			Funcionamento				02	02	19	Assistência técnica	2.782,63	
			Orçamento SFA				02	02	20	Outros trabalhos especializados	26.916,45	
15	01	01	Reposições não abatidas nos pagamentos.	191,36		191,36	02	02	25	Outros serviços	1.024,88	
			Extra-orçamentais:				06	02	01	Impostos e taxas	4.355,22	
			Funcionamento				06	02	03	Outras	13,44	
			Orçamento SFA							Orçamento SFA		
							01	01	02	Orgãos sociais	60.155,00	
			II - Total das receitas de fundos próprios			3.252.188,42	01	01	03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	648.486,18	
			Total das receitas do exercicio (I + II)			3.338.482,00	01	01	11	Representação	17.432,72	
							01	01	13	Subsidio de refeição	42.469,42	
			III - Total recebido do Tesouro em c/ receitas próprias				01	01	14	Subsidio de férias e de Natal	148.157,24	
			IV - Total de recebimentos do exercicio (I + II + III)			3.338.482,00	01	01	15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	10.661,66	
							01	02	02	Horas extraordinárias	4.591,20	
			Imp. retidas p/ entrega ao Estado ou outras ent. - Fundos alheios:				01	02	04	Ajudas de custo	574,86	
			Receita do Estado	371.990,74			01	02	11	Subsidio de turno	11.470,16	
			Operações de tesouraria	441.124,03	813.114,77	813.114,77	01	02	14	Outros abonos em numerário ou espécie	7.116,87	
							01	03	01	Encargos com a saúde	10.371,93	
			V - Total das retenções de fundos alheios			813.114,77	01	03	03	Subsidio familiar a crianças e jovens	1.104,08	
							01	03	04	Outras prestações familiares	1.438,08	
			Descontos em vencimentos e salários:				01	03	05	Contribuições para a segurança social	189.698,30	
			Receita do Estado	276.669,11			01	03	06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	31,00	

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS				
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº					
										II - Total da despesa por c/ receitas próprias				3.163.490,52
										Total da despesa do exercício (I + II)				3.163.490,52
										III - Total da entrega ao Tesouro em c/ receita própria				
										Total de pagamentos do exercício (I + II + III)				3.163.490,52
										Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades - Fundos alheios:				
										Dotações da gerência anterior		1,09	1,09	
										Receita do Estado		319.118,12		
										Operações de tesouraria		431.383,59	750.501,71	750.501,71
										Descontos em vencimentos e salários:				
										Retidos na fonte e considerados pagos:				
										Receita do Estado	276.669,11			
										Operações de tesouraria	425.332,81			
										V - Total da despesa de fundos alheios				750.502,80
										Saldo para a gerência seguinte:				
										Execução orçamental - Fundos próprios:				
										De dotações orçamentais (OE)				
										De receitas próprias:				
										Na posse do serviço		118.473,63	118.473,63	118.473,63

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº				
							02	02	25	Outros serviços	17.328,66		
							04	09	03	Resto do mundo - Paises terceiros e organizações internacionais	700,00		
							06	02	01	Impostos e taxas	20.108,29		
							06	02	03	Outras	187,46		2.823.416,83
										Capital:			
										PIDDAC			
										Funcionamento			
							07	01	12	Artigos e objectos de valor	4.680,64		
							07	01	13	Investimentos incorporeos	8.570,94		
										Orçamento SFA			
							07	01	07	Equipamento de informática	45.639,56		
							07	01	08	Software informático	16.350,67		
							07	01	09	Equipamento administrativo	106.593,78		
							07	01	10	Equipamento básico	110.356,56		
							07	01	11	Ferramentas e utensílios	5.538,96		
							07	01	12	Artigos e objectos de valor	27.795,35		
							07	01	13	Investimentos incorporeos	14.547,23		340.073,69
										Extra-orçamentais::			
										PIDDAC			
										Funcionamento			
										Orçamento SFA			

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº				
										Na posse do Tesouro			
										De receita do Estado - Fundos alheios			89.234,09
										De operações de tesouraria - Fundos alheios			29.895,73
										Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:			
										Receita do Estado			
										Operações de tesouraria			
										VI - Total do saldo da gerência na posse do serviço			237.603,45
				TOTAL		4.151.596,77						TOTAL	4.151.596,77

VI. Balanço Social 2013

(em anexo)